

8

9

Governo do Estado do Ceará

Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG Comitê Estadual de Investimentos da Previdência Social – CEIPS

Ata da 4ª Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Investimentos da Previdência Social – CEIPS, realizada no dia 30 de março de 2017.

10Dia trinta (30) do mês de março de 2017, às 9h00, na sala de reuniões da Secretaria do Planejamento 11e Gestão — SEPLAG, sito nesta capital, na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima s/n — Edifício SEPLAG — 3 $^\circ$ 12andar – 60.830-120 – Cambeba, Fortaleza/CE, reuniram-se, o Sr. Francisco de Queiroz Maia Júnior 13(Titular da Secretaria do Planejamento e Gestão), Robson Fontoura (Coordenador da Gestão 14Previdenciária - CPREV), Wandermon Corrêa (Orientador da Célula de Gestão de Fundos e 15Investimentos – CEFIN/CPREV), Átila de Oliveira (Membro Titular da PEFOCE), Paulo Sucupira 16(Membro Titular da SEFAZ), Fernando César Ferreira (Membro Suplente da SEFAZ) e Patrícia Campos 17(Coordenadora da ADINS da SEPLAG). A reunião foi aberta pelo Sr. **Robson Fontoura,** Coordenador 18da Gestão Previdenciária, que iniciou cumprimentando a todos pela presença na 4ª Reunião 190rdinária do CEIPS, a 1ª do ano com a presença do Secretário de Planejamento e Gestão, Francisco 20de Queiroz Maia Júnior. Apresentou os itens a serem discutidos na pauta da reunião: apresentação 21do CEIPS; objeto do CEIPS - SUPSEC - PREVID; aprovação da ata da reunião anterior; Política de 22Investimentos 2017; relatório trimestral dos investimentos; e diretrizes vigentes do CEIPS para 23 operacionalização de investimentos. Com isso, Robson Fontoura, Coordenador da Gestão 24Previdenciária, passou para o primeiro item da pauta. Item 1: Apresentação do CEIPS. Informou que 25º Estado do Ceará mantém o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS denominado Sistema 26Único de Previdência Social do Estado do Ceará – SUPSEC, gerido pela Secretaria do Planejamento e 27Gestão – SEPLAG, contando com o assessoramento do CEIPS. No âmbito da SEPLAG, a gestão 28 previdenciária e as principais atividades operacionais são realizadas pela Coordenadoria de Gestão 29Previdenciária - CPREV, onde passam os processos previdenciários para concessão de benefícios. A 30CPREV atua com a área de tecnologia da SEPLAG, a COTEC (Coordenadoria de Estratégias de 31Tecnologia da Informação e Comunicação), com a área de estruturação, a COMGE (Coordenadoria de 32Modernização da Gestão do Estado) e com o assessoramento jurídico da ASJUR (Assessoria Jurídica). 330u seja, a SEPLAG, por meio de suas coordenadorias, é o "Instituto de Previdência" na conformação 34dada pelo Estado. Na SEPLAG, foi criado o comitê de investimentos para discutir sobre a gestão dos 35recursos previdenciários do SUPSEC. A existência do comitê é uma previsão legal da Portaria nº 36519/2011 do Ministério da Previdência. A criação do CEIPS ocorreu, na SEPLAG, em dezembro de 372015, através de decreto. A 1ª nomeação dos membros foi através da Portaria nº218/2016 e foi



P

foi)

K

38atualizada recentemente pela Portaria nº153/2017, em decorrência da alteração do secretariado da 39SEPLAG. O Regimento Interno do CEIPS foi aprovado pela resolução CEIPS nº01, publicada no Diário 40Oficial do Estado em setembro de 2016. Resumindo, em 2016, houve a 1ª Reunião Ordinária para 41apresentação do CEIPS e a minuta de regimento interno; a 1ª Reunião Extraordinária para aprovar o 42 regimento interno; a 2ª Reunião Ordinária para estabelecer quais seriam as diretrizes para constituir 43a Política de Investimento para 2017; e a 3ª Reunião Ordinária para apresentar o relatório da Política 44de Investimento de 2017 e a atualização do credenciamento da CEF (Caixa Econômica Federal). 450bservou que, no contrato firmado com a Caixa Econômica Federal para gerenciar a Conta Única do 46Estado, há obrigação de exclusividade da aplicação dos recursos previdenciários na CEF. Informou 47que o CEIPS é composto pelos membros titulares: Maia Júnior, como Secretário do Planejamento e 48Gestão e Presidente do CEIPS; Robson Fontoura, como Coordenador da CPREV; Wandermon Corrêa, 49como Orientador da Célula de Gestão e Fundos de Investimentos; Átila de Oliveira, como servidor 50vinculado ao SUPSEC; e Paulo Sucupira como representante da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), 51destacando que a maioria dos membros do comitê possui as certificações CPA 10 e CPA 20 da 52ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais). **Item 2: Objeto** 53do CEIPS – SUPSEC – PREVID: A partir da Lei Complementar Estadual n° 123/2013, houve o 54equacionamento do déficit atuarial do SUPSEC, pois, em 2013, o Estado do Ceará foi notificado pelo 55Ministério da Previdência para equacionar o déficit atuarial do SUPSEC, sob pena de o Estado não 56renovar o seu Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP. Se o Estado não tiver o seu CRP 57válido, ele deixa de receber verbas federais, conforme impedimento da Lei Federal n $^\circ$ 9.717/1998. 58Então, naquela ocasião, o Estado tinha duas opções: fazer um parcelamento em 35 anos para pagar o 59déficit, que naquela época que era de R\$ 49 bilhões, ou fazer uma segregação de massa de seus 60segurados. Até 2013, o SUPSEC era operacionalizado por meio de um único fundo e uma única conta 61corrente, porém, com a Lei Complementar 123/2013, a partir de janeiro de 2014, implementou-se a 62segregação de massa, na qual o SUPSEC passou a ser operacionalizado através de três fundos 63contábil-financeiros, sendo eles o PREVMILITAR, o FUNAPREV e o PREVID. A partir daí, o sistema 64SUPSEC, tecnicamente, não possuía mais déficit atuarial, pois foi feito o equacionamento do déficit 65através da segregação. Com isso, o Estado ficaria regular perante o Ministério da Previdência e 66obteria o CRP. Explicou sobre a separação das contas, sendo que os miliares passaram a fazer parte 67do Fundo Financeiro PREVMILITAR, pois os militares têm regras bem específicas de funcionamento, 68sendo esse fundo destinado aos atuais e futuros militares ativos e inativos. O FUNAPREV é um plano 69financeiro, operado ainda em repartição simples, congrega os ativos, aposentados e pensionistas 70civis que entraram no Estado até 31 de dezembro de 2013. O PREVID é para quem entrou no Estado 71a partir de 1º de janeiro de 2014 e tem a lógica de funcionamento de acumular recursos, já é 72capitalizado, e hoje é superavitário. Com isso, conclui-se que o objeto principal do CEIPS é trabalhar a 73gestão dos recursos previdenciários vinculados ao PREVID que tem objetivo de acumular recursos. 74Em dezembro de 2014, o PREVID já congregava 2.340 pessoas e, em dezembro de 2016, congregava

755.436 pessoas que ingressaram no Estado a partir da segregação de massa, inclusive nos outros 76poderes, todos ficaram vinculados ao PREVID. Informou que a evolução patrimonial do saldo 77financeiro do PREVID terminou dezembro de 2016 em R\$ 203 milhões, sendo a gestão dos recursos a 78cargo da CPREV, especificamente na célula do Wandermon Corrêa que é servidor efetivo da SEPLAG, 79 atuário e orientador da Célula de Fundos e Investimentos (CEFIN) da CPREV. No contexto, foi 80apresentada a projeção patrimonial do PREVID em duas curvas, uma considerando o ingresso de 81novos servidores e outra, como exemplo, sem entrar nenhum servidor no Estado. Francisco de 82**Queiroz Maia Júnior**, Secretário de Planejamento e Gestão, diante da exposição do coordenador 83 Robson, solicitou que lhe fosse enviada de forma sucinta as informações de quais são as condições $84 \mathrm{de}$ aposentadoria dos militares do Ceará atualmente. O Secretário sugeriu, também, uma ação 85 conjunta como complemento do estudo e relatou trabalho no Estado quanto à avaliação de quais são 86as carreiras públicas que tem que permanecer, quais as novas dentro da realidade hoje que deverão 87ser criadas, definir o perfil desse servidor que será preciso contratar, definir a necessidade de 88contratação nas carreiras primárias pública e terceirizadas para verificar qual é o fluxo de reposição 89de pessoas para poder saber qual é o impacto financeiro, considerando assim, o PREVID, o 90FUNAPREV e o PREVMILITAR. Diante dos questionamentos do Secretário de Planejamento e Gestão 91 Maia Júnior, Robson Fontoura, Coordenador da Gestão Previdenciária, informou que está sendo 92feita a avaliação atuarial anual que fornecerá projeções da previsão de aposentadoria em cada órgão 93nos próximos anos. A avaliação atuarial considera a reposição de um para um, para efeitos 94gerenciais, e sempre vai permanecer os 63 mil ativos atuais nessa avaliação; então, se o trabalho do 95Estado demostrar, por exemplo, que não vai ser 63 mil ativos, vai reduzir para 80% do que é hoje, 96por exemplo, essa informação passará a incorporar o próximo estudo atuarial, dependendo do que 97seja informado para fins da avaliação atuarial anual. Com relação aos questionamentos sobre o 98aumento da contratação de terceirizados, se há algum trabalho da CPREV no sentido de avaliar o 99trade-off, ou seja, qual seria o impacto dessas substituições de contratação de servidores pela 100contratação de terceirizados na oxigenação da previdência, Robson Fontoura, Coordenador da 101Gestão Previdenciária, informou que a avaliação atuarial fornecerá informações sobre quanto vai 102receber de receita e quanto vai pagar de despesa, com relação às contratações de servidores 103efetivos. A avaliação atuarial do SUPSEC não considera os terceirizados, pois o terceirizado não se 104vincula ao SUPSEC (vincula-se ao RGPS/INSS), essa informação teria que ser um estudo paralelo. A 105questão do terceirizado dentro da SEPLAG é tratada mais diretamente com outra coordenadoria. 106Dando continuidade, **Robson Fontoura,** Coordenador da Gestão Previdenciária, passou para o 107próximo item da pauta. Item 3: aprovação da ata da 3ª Reunião Ordinária, realizada no dia 16 de 108dezembro de 2016. Abriu para discussão. Sem mais. Aprovada. Dando continuidade, Robson 109Fontoura, Coordenador da Gestão Previdenciária, passou para o próximo item da pauta. Item 4. 110**Política de Investimentos 2017**. Passou a palavra para Wandermon Corrêa, para apresentar a política 111de investimento de 2017, alguns resultados obtidos, apresentar a forma legal de como podem ser

NK.

1



podem ser

112executadas as aplicações dos recursos previdenciários, quais foram os resultados desde 2014 e o do 113último trimestre. Com a palavra, Wandermon Corrêa, Orientador da Célula de Gestão de Fundos e 114Investimentos, iniciou apresentando a Política de Investimentos 2017 que foi aprovada no final do 115ano passado, entrando em vigor nesse exercício, para contextualizar como foi a atual administração $116 \mathrm{dos}$ recursos para o Secretário que está na nova gestão. A política de investimentos é uma 117 formalidade legal que exerce fundamentação e norte para a administração dos recursos, sob 118condições de segurança, solvência, rentabilidade, liquidez e transparência, e atende às diretrizes 119fixadas pelo Conselho Monetário Nacional. Dentre as diretrizes da Política de Investimentos, foi 120estabelecida uma meta atuarial de IPCA mais 4,5% ao ano. Essa meta é aplicada somente ao PREVID, 121que é o fundo capitalizado, o FUNAPREV e PREVMILITAR não têm meta atuarial, pois eles não têm 122 objetivo de acumulação de recursos. O modelo adotado foi o de gestão própria: sendo a própria 123SEPLAG, com assessoramento do CEIPS, que define a aplicação dos recursos. Existe a possibilidade de 124gestão terceirizada, por meio de entidade credenciada para tal finalidade, e também a gestão mista, 125em que se pode deixar parte da carteira com a gestão própria e a outra parte com a gestão 126 terceirizada. Quanto à estratégia da alocação dos recursos, foi definido na reunião de dezembro de 1272016 que, nesse ano de 2017, os recursos do SUPSEC ficariam 100% no segmento de renda fixa. 128Foram apresentados os limites de aplicação em tudo que o RPPS (Regime Próprio de Previdência 129Social) pode investir, de acordo com a Resolução nº 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional. 130Informou que, em contato com a Gerência Nacional de Investidores Corporativos da Caixa Econômica 131Federal - CEF, até o momento, essa instituição não está indicando a renda variável, porque a renda 132 fixa ainda está pagando acima da meta atuarial. Então, dentre as opções que os regimes próprios 133 podem investir, tem-se o seguimento de renda fixa, com vários tipos de ativos, a maior parte fundos 134de investimento, tem-se também o seguimento de renda variável, exclusivamente por meio de 135fundos de investimento, ressalvado que os regimes próprios não podem comprar ações diretamente, 136e tem o seguimento de imóveis, no qual os regimes próprios também não podem comprar imóveis 137 diretamente. Explicou que imóvel só entra na carteira do RPPS se for imóvel vinculado por lei. Com 138isso, optou-se pelo seguimento de renda fixa e foram escolhidos três tipos de ativos: até 100% em 139fundos de investimento cujas carteiras sejam representadas exclusivamente por títulos públicos, até 14080% em fundos de renda fixa ou referenciados (IMA ou IDkA) e até 30% em fundos referenciados em 141indicadores de desempenho de renda fixa (DI). No momento, o Estado está aplicando tudo em 142fundos de investimento cujas carteiras sejam representadas exclusivamente por títulos públicos. $^{\circ}$ 143Lembrou que o Estado mantém com a Caixa Econômica Federal um contrato para centralização das 144receitas e das movimentações de contas correntes, esse contrato estabelece na cláusula 8ª, no 145 parágrafo 5º, que o Estado deve manter na CEF 100% das aplicações do SUPSEC. Então, por isso, 146nosso canal de relacionamento para investimento é somente com a Caixa Econômica Federal. A CEF 147atualmente possui a maior fatia de mercado com os RPPS, mais de 40%, em segundo lugar vem o 148Banco do Brasil e depois os bancos privados. Complementou informando que a CEF oferece,

B

100

10

149atualmente, 22 fundos, chamados de convencionais, que são estruturados de acordo com os seus 150 benchmarks, são fundos que possuem alta liquidez, podem ser aplicados ou resgatados a qualquer $151\mathrm{momento}$. Há também os fundos de vértice único, que são fundos mais específicos, que aplicam em 152um único papel, de acordo com o vencimento, no caso, as Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B) 153ou Tesouro IPCA+, e esses fundos têm objetivo de superar a meta atuarial dos RPPS. A CEF abre esses 154fundos de vértice quando as taxas de mercado das NTN-B estão acima de 6%a.a., para garantir que 155os fundos tenham uma remuneração de IPCA mais 6%a.a., no caso do PREVID, ele tem meta atuarial 156de IPCA mais 4,5%a.a., ou seja, já é mais que o suficiente. Então, a CEF oferece fundos com vértices 157com vencimentos em 2018, 2020, 2024 e 2030. Reforçou que quando foi feita a segregação de 158massa, em 2013, as taxas de juros atuariais comumente utilizadas no Brasil eram de 6%a.a., contudo, 159a fim de iniciar a capitalização do PREVID já com um bom fundamento técnico, adotou-se para a 160avaliação atuarial do fundo uma taxa de juros de 4,5%a.a., sob um prisma conservador, considerando 161que já se admitia como improvável a manutenção de retornos de 6%a.a. no longo prazo. Item 5. 162Relatório trimestral dos investimentos. Dando continuidade, Wandermon Corrêa, Orientador da 163Célula de Gestão de Fundos e Investimentos, passou para a análise do relatório trimestral dos 164investimentos, referente ao período de outubro a dezembro de 2016. No último trimestre, que 165encerrou em 31 de dezembro de 2016, informou que a carteira do PREVID totalizava R\$ 203 milhões, 166composta pelos fundos Caixa FI Brasil IRF-M 1, que é um fundo de curto prazo, no qual mantinham 167R\$ 22 milhões, e pelos dois fundos de vértice com vencimentos em 2018 e 2020, R\$ 96 milhões em 1682018 e R\$ 85 milhões em 2020, que esses recursos resgatados em seus vencimentos terão a garantia 169de rendimento real acima de 6%a.a.. Assim, a carteira do PREVID atende à Legislação no que tange 170aos limites e enquadramentos previstos na resolução do Conselho Monetário Nacional. Então, 171durante os três primeiros trimestres de 2016, o PREVID conseguiu bater a meta atuarial. No quarto 172trimestre de 2016, a meta atuarial foi de 1,86%, enquanto o PREVID rentabilizou 2,16% e atingiu 173116,30% da meta atuarial. No ano de 2016, a meta atuarial fechou em 11,07%, a rentabilidade do 174PREVID foi de 13,21% e atingiu a meta atuarial em 119,30%. Quanto aos dados de janeiro e fevereiro 175de 2017, a carteira do PREVID em fevereiro alcançou R\$ 218 milhões e a rentabilidade foi de 1,13%, 176em janeiro, e 1,35%, em fevereiro. Informou que, quando há redução da taxa de juros no mercado, a 177rentabilidade melhora. Em janeiro, foi atingido 150,89% da meta atuarial e 104,63% do CDI. Em 178 fevereiro, foi atingido 193,22% da meta atuarial e 156,98% do CDI. No acumulado do ano de 2017, a 179carteira teve rendimento de 2,5% e está atingindo 171,75% da meta atuarial. Quanto à rentabilidade 180histórica do PREVID, desde a sua criação, em 2014 atingiu 98% da meta atuarial, pode se considerar 181um sucesso. Lembrou que em 2015, mesmo no auge da crise econômica e política, com o 182impeachment e o mercado financeiro sendo todo afetado, o PREVID ainda conseguiu um rendimento 183bom, de 13,88%, enquanto os fundos de pensão estavam com uma rentabilidade nominal média 184prevista para o ano em torno de 7%, segundo divulgação da Associação Brasileira das Entidades 185Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP, desse modo, o PREVID ainda conseguiu atingir

K

A A

W

即中

10

18685,26% da meta atuarial, sendo boa parte desse resultado devida à estratégia de aplicar nos fundos 187de vértice. Em 2016, com a situação do país mais estabilizada, já com a formação do Comitê de 188Investimentos e com as nossas novas diretrizes para a gestão dos recursos, foi possível bater 189119,30% da meta atuarial. Em 2017, também vem batendo bem a meta. Desde a criação do PREVID, 190informou que estão acumulando 102,40% de atingimento da meta atuarial, confirmando, desse 191modo, a aderência da rentabilidade obtida à meta de juros atuariais de 4,5% a.a. Item 6. Diretrizes 192 vigentes do CEIPS para Operacionalização de Investimentos. Dando prosseguimento, Robson 193Fontoura, Coordenador da Gestão Previdenciária, informou o procedimento de autorização para 194alteração na posição dos investimentos. Francisco de Queiroz Maia Júnior, Secretário de 195Planejamento e Gestão, sugeriu acrescentar na consulta para autorização das alterações dos 196 investimentos o Secretário da Fazenda, além do Secretário do Planejamento e Gestão, para as 197decisões serem tomadas em conjunto. Sugeriu, ainda, a criação de um grupo eletrônico, com os 198membros titulares e suplentes do CEIPS para articular as decisões de forma rápida, com informações 199sucintas e fundamentadas. Em seguida Francisco de Queiroz Maia Júnior, Secretário de 200Planejamento e Gestão, abriu a pauta para deliberação dos membros presentes. Sem mais: 201Aprovada. Finaliza agradecendo a todos da equipe. Concluída a pauta, o Francisco de Queiroz Maia 202**Júnior**, Secretário de Planejamento e Gestão, agradeceu a presença de todos, e deu a reunião por 203encerrada, da qual foi lavrada a presente Ata.

Fortaleza, 30 de março de 2017.

204

PRESIDENTE

FRANCISCO DE QUEIROZ MAIA JÚNIOR

Secretaria do Planejamento e Gestão

SECRETÁRIA

PATRÍCIA MARIA CAMPOS PINHEIRO

Assessoria de Desenvolvimento Institucional - ADINS

48 JURISEPLAG

D &